

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007436-56.2014.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
Requerente: **Lyriss Brandão Storti Neres**
Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Vistos.**

Ao relatório de sentença proferida as fls. 133/136, acrescento que após retornados os autos da Superior Instância, foi determinada perícia médica pelo IMESC.

O laudo do referido Instituto foi encartado a fls. 199/206.

Manifestação das partes sobre o trabalho técnico vieram as fls. 211/220 pela autora e as fls. 221/222 pelo instituto.

Eis o relatório.

DECIDO, novamente, a lide, agora considerando a prova acrescida.

É certo que a autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 28/05/2013.

Ocorre que as lesões decorrentes do referido

1007436-56.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

infortúnio não tem valoração pela tabela do DPVAT e assim, a autora não apresenta sequelas morfo-funcionais.

Ou seja, diante da ausência de sequelas incapacitantes **a indenização a título de seguro obrigatório é descabida.**

Nesse sentido:

0023856-14.2012.8.26.0344 Apelação / Acidente de Trânsito Relator(a): Nelson Jorge Júnior Comarca: Marília Órgão julgador: 12ª Câmara Extraordinária de Direito Privado Data do julgamento: 29/08/2014 Data de registro: 01/09/2014 Ementa: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT Acidente automobilístico comprovado Ação de cobrança em razão de invalidez permanente Produção de prova pericial Incapacidade não constatada Improcedência do pedido Necessidade: É de rigor o reconhecimento da improcedência do pedido formulado em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT, quando a alegada invalidez permanente não resta reconhecida em perícia realizada por perito oficial, porquanto não basta a ocorrência de acidente automobilístico para que a indenização seja devida à vítima. RECURSO NÃO PROVIDO.

E, ainda:

0011673-20.2011.8.26.0320 Apelação / Acidente de Trânsito Relator(a): Armando Toledo Comarca: Limeira Órgão julgador: 9ª Câmara Extraordinária de Direito Privado Data do julgamento: 07/07/2014 Data de registro: 07/07/2014 Ementa: AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - LEI 6.194/74 - ACIDENTE DE TRÂNSITO INVALIDEZ PERMANENTE NÃO COMPROVADA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. RECURSO IMPROVIDO. É necessária a comprovação do dano irreparável, qual seja, a invalidez permanente para, com fundamento no art. 3º da Lei 6.194/74, ser devida a indenização decorrente de acidente causado por veículo automotor. Improcedência do pedido quando o laudo pericial conclui pela falta de invalidez permanente Portanto, do conjunto probatório existente nos autos, tenho que não há dano indenizável, nos termos do art. 3º, alínea "b", da Lei 6.194/74, vez que a autora não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

apresenta invalidez permanente.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta **JULGO IMPROCEDENTE** a ação e em consequência, **extinto o processo** nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Arcará a autora com o pagamento das custas e despesas processuais e dos honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor dado à causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil. Todavia deverá ser observado o art. 98, § 3º do CPC por ser a requerente beneficiária da Justiça Gratuita.

Publique-se e Intimem-se.

São Carlos, 18 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**